



Recebido em 23/03/2021

Aceito em 21/05/2021

DOI: 10.26512/emtempos.v1i38.37048

DOSSIÊ

Preocupações ambientais? A Argentina e suas ações no contexto do projeto hidro energético de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai (1966-1979)

Environmental concerns? Argentina and its actions in the context of the Itaipu hydro-energy project between Brazil and Paraguay (1966-1979)

Luiz Eduardo Pinto Barros

Doutor em História pela UNESP

orcid.org/0000-0002-1139-5285

luizeduardopb@hotmail.com

RESUMO: O presente artigo trata das relações entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina nas décadas de 1960 e 1970 em um contexto que os três países eram governados por ditaduras militares. O projeto hidro energético no Rio Paraná envolvendo o Brasil e o Paraguai era visto como uma ameaça pelo Estado argentino por estar a jusante de ambos e depender do referido rio. Como consequência os argentinos utilizaram argumentos ambientais para inibir o projeto de seus vizinhos. O resultado foi um considerável período de crise política entre o Brasil e a Argentina durante a década de 1970. O objetivo do presente artigo é analisar como a questão ambiental foi explorada pelos argentinos no cenário geopolítico da época. A metodologia de pesquisa envolve a análise e interpretação de documentos diplomáticos, periódicos da época e a historiografia sobre o assunto. Conclui-se que as questões internas tiveram impacto na política externa da Bacia do Prata.

PALAVRAS-CHAVE: Diplomacia. Ditaduras militares. Bacia do Prata.

ABSTRACT: This article deals with the relations between Brazil, Paraguay and Argentina in the 1960s and 1970s in a context in which the three countries were governed by military dictatorships. The hydro-energetic project on the Paraná River involving Brazil and Paraguay was seen as a threat by the Argentine State because it is downstream of both and depends on that river. As a consequence, the Argentines used environmental arguments to stop their neighbors' project. The result was a considerable period of political crisis between Brazil and Argentina during the 1970s. The purpose of this article is to analyze how the environmental issue was explored by Argentines in the geopolitical scenario of the 1970s. The research methodology involves the analysis and interpretation of diplomatic documents and periodical of the 1970s. It is concluded that the internal issues had an impact on the foreign policy of the Bacia do Prata.

KEYWORDS: Diplomacy. military dictatorships. Bacia do Prata.

Introdução

O presente artigo é o resultado de uma pesquisa realizada na segunda metade da última década. Trata-se das relações entre o Brasil, o Paraguai e a Argentina em torno

do aproveitamento hidro energético do Rio Paraná nas décadas de 1960 e 1970. Entre 1962 e 1966, o Brasil e o Paraguai vivenciaram um litígio fronteiriço que teve como desfecho a assinatura da Ata das Cataratas em junho de 1966 definindo que ambos os Estados iriam iniciar um processo de estudos e, posteriormente, a construção de uma hidrelétrica binacional no curso do Rio Paraná. Por estar a jusante do referido rio, a Argentina demonstrou preocupação com a construção da hidrelétrica, pois acreditava que seria prejudicada no aproveitamento do Rio Paraná. Para evitar isso, convocou todos os Estados ribeirinhos da Bacia do Prata para uma reunião que passaria ocorrer anualmente. Neste cenário, o Estado brasileiro evitou colocar a questão “Consulta Prévia” em discussão nestas reuniões. Afinal, sabia-se que os argentinos queriam inibir o projeto hidroelétrico brasileiro-paraguaio. Percebendo o avanço das negociações entre os seus vizinhos, os argentinos lançaram mão de um argumento que iria além dos prejuízos ambientais, pela construção de uma hidrelétrica a jusante de Itaipu, Corpus.

A pesquisa realizada fez uso de documentos diplomáticos dos três países (ao visitar o ministério das relações exteriores de todos) e periódicos brasileiros, paraguaios e argentinos da época. O objetivo principal foi compreender a dinâmica política dos três Estados naquele contexto histórico utilizando como pano de fundo a questão ambiental e o progresso nacional para defenderem os seus interesses. Por meio de uma análise sistemática e interpretativa, foi possível apontar que os argentinos criaram o projeto Corpus para inibir a construção de Itaipu, principalmente após a assinatura brasileiro-paraguaia que criou o seu tratado em 26 de abril de 1973. E, além disso, de que a questão ambiental foi um argumento para depreciar a construção da hidrelétrica de seus vizinhos e demonstrar internamente a relevância do governo para os argentinos e seus interesses.

Os desejos em comum entre os três países, principalmente entre o Brasil e a Argentina, foram relevantes para o Acordo Tripartite de 1979 que foi o desfecho do impasse e iniciou um processo que culminou na criação do MERCOSUL, em 1991, e possibilitaria nas décadas seguintes avanços na dinâmica política e hidro energética da Bacia do Prata.

O Rio Paraná no centro dos interesses de Brasil, Paraguai e Argentina

Entre 1962 e 1966, as relações diplomáticas entre o Brasil e o Paraguai vivenciaram momentos de tensão. Desde o final dos anos 1950 o Estado brasileiro desenvolvia estudos sobre o potencial hídrico das Sete Quedas no curso do Rio Paraná e fronteira com o Paraguai. Por meio de um artigo do Jornal do Brasil, em 1962, a embaixada paraguaia no Rio de Janeiro soube de tais estudos e imediatamente informou seu governo em Assunção. O Paraguai era governado de forma ditatorial por Alfredo Stroessner desde agosto de 1954 e mantinha boas relações com os governos brasileiros neste período. Porém, ao tomar conhecimento do ocorrido imediatamente enviou uma nota ao governo brasileiro demonstrando descontentamento com tais estudos sem ser consultado. Segundo o governo do país guarani, a região de Sete Quedas ainda não pertencia ao Brasil apesar das assinaturas dos Tratados de Paz e Limites de 1872 e do Tratado Complementar de Limites de 1927 que definia a fronteira entre os dois países. O governo de João Goulart (1961-1964) respondeu a nota de seus vizinhos afirmando

que tal região era brasileira e que não havia a necessidade de consultá-los. Em janeiro de 1964, João Goulart e Alfredo Stroessner realizaram um encontro na fazenda Três Marias em Mato Grosso e anunciaram para a imprensa de seus países que os dois Estados construiriam juntos uma usina hidrelétrica em Sete Quedas e seria de benefício mútuo. Na ocasião não houve um acordo formal, mas apenas trocas de palavras e promessas verbais.

Meses depois ocorreu um golpe civil-militar que derrubou João Goulart e iniciou um regime militar no Brasil que perduraria vinte e um anos. O primeiro chefe de Estado militar, Castelo Branco (1964-1967), manteve boas relações com o Paraguai e foi durante seu governo que foi inaugurada a Ponte da Amizade entre os dois países na fronteira entre Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este) e Foz do Iguaçu, no primeiro semestre de 1965. Porém, em junho do mesmo ano, um grupo de militares brasileiros ocupou a região de Sete Quedas na localidade de Porto Coronel Renato. O fato causou indignação nos paraguaios e o governo Stroessner explorou o tema a seu favor em diversos jornais do país guarani. O governo Castelo Branco alegava que Sete Quedas pertencia ao Brasil e por isso poderia movimentar tropas militares em qualquer lugar do território nacional. Em junho de 1966, depois de várias divergências que ganharam as páginas de jornais dos dois países, os chanceleres de ambos se reuniram por três dias em Puerto Presidente Stroessner e Foz do Iguaçu para resolver o litígio fronteiro. O resultado destes encontros foi a assinatura da Ata das Cataratas que dentre diversos pontos definia que ambos os países iriam desenvolver juntos estudos técnicos para a construção de uma usina hidrelétrica binacional no curso do Rio Paraná. Era o nascimento da Hidrelétrica de Itaipu.

No contexto das negociações entre o Brasil e o Paraguai, um vizinho demonstrou preocupação: a Argentina. Por se tratar de um país geograficamente carente de recursos hídricos e dependente da utilização do Rio Paraná, desde 1965 observava o litígio fronteiro entre seus vizinhos. Na primeira semana de junho de 1966 o governo de Arturo Illia (1963-1966) convocou todos os países ribeirinhos da Bacia do Prata para uma reunião a ser realizada em Buenos Aires¹. Segundo Amaral e Silva, esta convocação acelerou o processo de negociação entre os governos de Brasil e Paraguai, pois o Estado brasileiro sabia do interesse argentino de inibir a construção da hidrelétrica binacional (AMARAL E SILVA, 2006). A reunião ocorreu em fevereiro de 1967 e todos os Estados firmaram o acordo pela criação do Comitê Intergovernamental Coordenador (CIC), cuja principal função era “levar a cabo o estudo conjunto e integral da Bacia do Prata, com o fito de realizar um programa de obras multilaterais, bilaterais e nacionais úteis ao progresso da região” (ESPÓSITO NETO, 2012). Decidiu-se que Buenos Aires seria a capital do CIC e que as tomadas de decisões deveriam ser aprovadas de maneira unânime. No mesmo documento não foi acrescentada a expressão “consulta prévia” e sim “troca de informações”. Além do CIC foi firmado: a intenção de criar em cada país platino organismos nacionais centralizadores destinados a estudar temas de interesse relacionados à Bacia do Prata; facilitar a assistência à navegação e aprofundar os estudos energéticos voltados para a integração da bacia; complementação industrial regional para facilitar a implantação de indústrias; complementação econômica;

¹ Brasil, Argentina, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

interconexão ferroviária, fluvial, rodoviária e aérea; e cooperação no domínio da educação e da saúde (CAUBET, 1989).

A reunião em Buenos Aires demonstrou que entre os cinco países da Bacia do Prata havia o interesse de integração. O segundo encontro ocorreu em maio de 1968 na cidade de Santa Cruz de la Sierra. Na ocasião, além da participação dos cinco ministros de Relações Exteriores dos países da região platina, houve a presença de representantes do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), CEPAL (Conferência Econômica para a América Latina e o Caribe), PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), CIAP (Comitê Interamericano de Aliança para o Progresso) e da OEA (Organização dos Estados Americanos). Neste evento, ficou definido que o CIC deveria estar encarregado da “tarefa de preparar um projeto de tratado para assegurar a institucionalização da bacia do Prata” (CAUBET, 1989, p.54).

Meses após o encontro de chanceleres em Santa Cruz de la Sierra, iniciou-se o processo de enchimento do reservatório da represa de Jupuíá, no curso do Rio Paraná, em território brasileiro. O governo argentino enviou, em outubro daquele ano, uma nota solicitando ao Itamaraty informações sobre possíveis “problemas suscitados” em decorrência do enchimento da represa. Não houve resposta imediata e, em janeiro de 1969, a embaixada argentina entregou outra nota ao Itamaraty destacando o “incomum silêncio” da instituição ao não responder a nota anterior e solicitava ao governo brasileiro discutir a questão. Poucos dias depois o Itamaraty respondeu a nota reafirmando sua posição de utilizar “com sabedoria e com máxima cautela” os recursos hídricos para não causar danos sensíveis a outro Estado afirmando que “O Brasil não reserva segredos às nações irmãs do continente”. Mas deixava clara a diferença entre “consulta prévia” e “informação prévia”. No caso da “consulta compulsória” esta seria uma intromissão inaceitável de sua soberania (ESPÓSITO NETO, 2012, p.228).

A nota de resposta do Itamaraty evidenciava que o Estado brasileiro não tomaria decisões internas por influência externa. Com isso, a Argentina passou utilizar a estratégia pelo viés multilateral regional. Nas reuniões dos grupos de peritos e nos encontros preparatórios para a III Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata em Brasília, houve longos embates entre as representações de Brasil e Argentina até que finalmente conseguiram um texto de comum acordo para o estabelecimento de novas rodadas de entendimento.

No final de abril de 1969, no terceiro encontro de chanceleres do Prata, em Brasília, foi assinado pelos cinco países o Tratado da Bacia do Prata. O maior destaque do documento é artigo I.

ARTIGO I

As partes contratantes convêm em conjugar esforços com o objeto de promover o desenvolvimento harmônico e a integração física da Bacia do Prata e de suas áreas de influência direta e ponderável.

Parágrafo único - Para tal fim promoverão, no âmbito da Bacia, a identificação de áreas de interesse comum e a realização de estudos, programas e obras, bem como a formulação de entendimentos operativos ou instrumentos jurídicos que estimem necessários e que propendam:

a. À facilitação e assistência em matéria de navegação.

- b. À utilização racional do recurso água, especialmente através da regularização dos cursos d'água e seu aproveitamento múltiplo e equitativo.
- c. À preservação e ao fomento da vida animal e vegetal.
- d. Ao aperfeiçoamento das interconexões rodoviárias, ferroviárias, fluviais, aéreas, elétricas e de telecomunicações.
- e. À complementação regional mediante a promoção e estabelecimento de indústrias de interesse para o desenvolvimento da Bacia.
- f. À complementação econômica de áreas limítrofes.
- g. À cooperação mútua em matéria de educação, saúde e luta contra as enfermidades.
- h. À promoção de outros projetos de interesse comum e em especial daqueles que se relacionam com o inventário, avaliação e o aproveitamento dos recursos naturais da área.
- i. Ao conhecimento integral da Bacia do Prata.

Em síntese, o artigo é o mesmo estipulado pelos países na primeira reunião realizada em Buenos Aires dois anos antes. E não há dúvidas de que este documento foi também um reflexo da solução do “caso Sete Quedas” entre o Brasil e o Paraguai, tendo em vista que o impasse catalisou a convocação para o primeiro encontro na Argentina. Afinal, este país há muito tempo vinha discutindo com o Paraguai e o Uruguai formas de aproveitamento dos diversos recursos da região platina.

Mas, se no início dos anos de 1970 as relações entre Brasil e Paraguai estavam superando a crise sobre Sete Quedas e a construção de uma usina hidrelétrica binacional aos poucos se tornava realidade, a Argentina cada vez mais demonstrava insatisfação com aquele projeto, pois ainda acreditava que seria prejudicada. Em 1971 foi realizada em Assunção a IV Reunião dos Chanceleres dos Países da Bacia do Prata. A Ata final do encontro teve 25 resoluções em que os pontos 1 e 2 enunciam os seguintes objetivos:

1. Nos rios internacionais contíguos, sendo compartilhada a soberania, qualquer aproveitamento de suas águas deverá ser precedido por um acordo bilateral entre os ribeirinhos.
2. Nos rios internacionais de curso sucessivo, não sendo compartilhada a soberania, cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado da Bacia (CAUBET, 1979, p.76).

O ponto 2 foi interpretado pela diplomacia argentina como uma vitória, pois esta entendia que a “Consulta Prévia” estava institucionalizada na expressão “cada Estado pode aproveitar as águas conforme suas necessidades sempre que não causar prejuízo sensível a outro Estado” (Relatório do *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto sobre el Brasil* de julho de 1971). Mas para Eliana Zugaib, “ao reconhecer a Argentina aquela distinção jurídica, ficava legalmente excluído do contexto da Bacia do Prata o princípio da consulta prévia no que se refere aos rios de curso sucessivo” (ZUGAIB, 2006, p.111). A consulta prévia seria “a necessidade de trocas de informações e consultas recíprocas entre todos os Estados eventualmente afetados por obras hidrelétricas” (MELO, 2011, p.47). Para Caubet, “os pontos 1 e 2 da Resolução 25 satisfazem, pois, plenamente ao Brasil, tanto porque consagram as regras jurídicas às quais sua prática estatal corresponde quanto pelo fato de os cinco Estados da bacia as haverem formalmente

aprovado” (CAUBET, 1989, p.77). Ainda sobre esta questão, Maria del Carmen Llaver faz o seguinte apontamento:

A diplomacia brasileira obtém por meio dessa declaração grande apoio para sua política, impondo seus pontos de vista a nível do Tratado da Bacia do Prata e trocando o princípio da consulta prévia pelo simples ponto de prejuízo sensível. Convém então perguntar-se quais foram as razões que levaram a Argentina a subscrever a Ata de Assunção, contrária a esses princípios; os mesmos que, por outro lado, ela havia defendido até aquele momento, e que continuara defendendo. A Ata de Assunção foi uma total incongruência entre o que a Argentina pensava, discutia e defendia, e o que ela assinou a respeito (LLAVER, 1979, p.27).

Se houve um equívoco de interpretação argentina, a Resolução 25 passaria a ser mais um motivo para intensificar as divergências entre Brasília e Buenos Aires nos anos seguintes. Em junho de 1972, a delegação argentina colocou em discussão a questão da “Consulta Prévia” na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente em Estocolmo. Segundo Espósito Neto, “após calorosos debates e na impossibilidade de se chegar a um consenso, os participantes da conferência decidiram repassar a questão à XXVII Assembleia Geral das Nações Unidas” (ESPOSITO NETO, 2012, p.240-241).

Em setembro de 1972, antes da realização da Assembleia Geral da ONU, os chanceleres de Brasil e Argentina, Mario Gibson Barboza e Eduardo MacLaughlin, se reuniram para firmar a Resolução 2995 determinando que obras realizadas em seus territórios não poderiam causar prejuízo ao vizinho, assim como deveria ser feito um aviso antecipado para evitar danos sensíveis nas áreas adjacentes à execução das obras.

No entanto, no ano seguinte as autoridades argentinas denunciaram o não cumprimento do “Acordo de Nova Iorque”, pois entendiam que o Brasil não teria agido como esperado a respeito do início do enchimento da represa de Ilha Solteira, a montante de Jupiá, no curso do Rio Paraná. O fato era outro elemento catalisador nas divergências entre os dois países num momento em que se aproximava a assinatura do Tratado de Itaipu que formalizava a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia.

A reclamação pelo não cumprimento do Acordo de Nova Iorque por parte da Argentina ocorreu em março de 1973. Na época o diplomata brasileiro Expedito de Freitas Resende comunicou informalmente o embaixador argentino Alvares de Toledo que estava tendo início o enchimento do reservatório da hidrelétrica de Ilha Solteira, a montante de Jupiá, no curso do Rio Paraná. A informação foi repassada no dia seguinte por Azeredo da Silveira ao representante da Argentina junto ao CIC, Júlio Barberis. Apesar de a matéria ter sido publicada no *Diário Oficial da União*, em 27 de março de 1973, na qual constavam as medidas a serem tomadas para garantir a vazão da água a jusante da obra, as autoridades argentinas reclamaram que a publicidade do fato não foi feita em veículos de “maior divulgação” e denunciaram que o Brasil não cumpriu com o documento assinado em Nova Iorque seis meses antes (ESPOSITO NETO, 2012). Lucas Nogueira Garcez, diretor da Companhia Energética de São Paulo (CESP), a qual pertence Ilha Solteira, declarava aos jornais que “informou os argentinos e eles não vieram”. E acrescentou que “diante das chuvas excepcionalmente caídas, o enchimento ocorreria, permitindo não apenas a vazão normal desta, mas praticamente o dobro em território argentino. ‘Ou seja, não haveria danos’ (PEREIRA, 1974, p.166).

O referido fato possibilita interpretar que a Argentina fez da “questão Ilha Solteira” um objeto a ser explorado internamente, como “defesa dos interesses nacionais”, e no cenário global em encontros internacionais (já sob o governo justicialista) como na Conferência de Argel em setembro de 1973, quando conseguiu apoio do *Movimento dos Países Não Alinhados*, e na Assembleia Geral da ONU em dezembro do mesmo ano que aprovou a Resolução nº3129 introduzindo o princípio da “Consulta Prévia” no direito internacional para a exploração dos recursos naturais compartilhados (ESPOSITO NETO, 2012). Mas apesar do êxito argentino, como sabemos, Itaipu cada vez mais estava próxima de se tornar uma realidade.

A Hidrelétrica de Corpus: um projeto binacional ameaçado por Itaipu?

Um projeto entre dois Estados consiste no esforço empreendido com um objetivo pré-estabelecido a fim de criar um produto que beneficie ambas as partes com início, meio e fim definidos com uma sequência de atividades elaboradas. Neste sentido, as fontes analisadas nesta pesquisa permitem apontar que a hidrelétrica de Corpus não foi inicialmente um projeto argentino-paraguaio concreto com a finalidade de usufruir dos recursos hidroenergéticos do Rio Paraná (como Yacyreta-Apipe) e, até meses antes da assinatura do Tratado de Itaipu em abril de 1973, a possibilidade de sua construção não fazia parte das negociações envolvendo a Argentina e o Paraguai. O que responde à pergunta feita no subtítulo deste artigo, Corpus foi uma estratégia argentina para obstruir, ou atrasar, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu. O motivo? Como já visto anteriormente, as negociações entre o Brasil e o Paraguai estavam avançadas e decidia-se que o local da construção seria em Itaipu, na fronteira tríplice entre os três países. Ou seja, o pior dos cenários para a Argentina, pelo menos internamente no aspecto político.

Tanto o Brasil quanto o Paraguai, sendo este o sócio no empreendimento anunciado, manifestaram surpresa e desconhecimento a respeito do projeto Corpus. Um documento da embaixada brasileira em Buenos Aires, de fevereiro de 1973, relata que em breve a Argentina “planejava apresentar o projeto ao Brasil” (Ofício Confidencial-Urgentíssimo DTBP/DBP/AIG de 8 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). Já outras fontes revelam que os paraguaios não receberam nenhuma proposta do vizinho até três meses antes da assinatura do Tratado de Itaipu. O que provoca maiores questionamentos se não bastasse outro fato, passadas várias décadas, Corpus não foi construída e não existe um tratado semelhante à Itaipu e Yacyreta. Um detalhe importante é que os argentinos alegavam que o projeto surgiu com a criação da Comissão Mista do Rio Paraná (COMIP)² entre a Argentina e o Paraguai, em junho de 1971. No entanto, não há referência ao projeto hidrelétrico de Corpus no documento que oficializa a COMIP.

Ao fazer análise das fontes, documentos e periódicos dos três países estudados, de forma cronológica, a temática envolvendo o projeto hidroelétrico de Corpus surgiu publicamente em dezembro de 1972 quando o chanceler paraguaio Raul Sapeña Pastor

² Comision Mixta del Rio Paraná (COMIP)

respondeu a um questionamento sobre o assunto ao periódico *ABC Color*³⁴. Na ocasião ele disse que “o projeto Corpus até agora é uma questão jornalística” (Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 14 de dezembro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). E, além disso, fez a seguinte explicação:

Pode ser que existam estudos profundos a respeito, mas, para que seja um projeto econômico, terá que inundar a área do território brasileiro, argentino e paraguaio, inclusive aquela que esta situada a usina de Acaray. Apesar de existir uma Comissão Mista Paraguaio-Argentina para o estudo do Rio Paraná, independente daquela que se ocupa exclusivamente o projeto Yacyreta-Apipe, o governo argentino jamais apresentou oficialmente um estudo relativo ao aproveitamento de Corpus. Não há projeto avançado algum como Yacyreta-Apipe e de Itaipu. Os estudos relativos a estes dois últimos projetos terão prosseguimento de forma independente. A escolha do local da represa no projeto brasileiro-paraguaio é um assunto técnico. Não se poderá indicar a sua localização exata enquanto as encarregadas dos estudos técnicos a respeito não apresentarem aos governos dos dois países os resultados desses estudos, mas não há dúvida de que a represa estará mais próxima de Itaipu do que dos Saltos de Guaira. Não existe nenhuma modificação da Declaração de Assunção sobre o aproveitamento de rios internacionais. Continua firme e ira nortear a nossa política (Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 14 de dezembro de 1972. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty).

Ou seja, sendo a construção da hidrelétrica com o Brasil algo cada vez mais provável e contundente, o representante paraguaio manifestou cautela ao tratar de um projeto não formalizado e menos ainda conversado com a Argentina. As palavras de Sapeña Pastor revelam que Corpus era “cru” e, a priori, apenas de conhecimento argentino. Não negando a possibilidade de um empreendimento conjunto com seus vizinhos, como Yacyreta-Apipe, o chanceler já sinalizava que nada estava decidido sobre Corpus enquanto tecnicamente decidiria a localização da hidrelétrica brasileiro-paraguaia que já apresentava sinais de ser construída em Itaipu nas proximidades da tríplice fronteira. Já em fevereiro de 1973 foi à vez de Enzo Debernardi, presidente da

³ Diversos sites de busca na internet, como a *Wikipédia*, informam que a Usina Hidrelétrica de Corpus Christi foi inicialmente projetada nos anos de 1960, mas sem apresentar fontes. Possibilitando o leitor interpretar que tal empreendimento tenha uma origem similar a Itaipu e Yacyretá.

⁴ Na obra *A Herança de Stroessner (1955-1980)*, de Alfredo da Motta Menezes, publicada em 1987, o autor menciona que em agosto de 1971 o General Amyr Borges Fortes “disse, por exemplo, que as duas usinas, Sete Quedas e Corpus, poderiam ser construídas sem problemas algum” (1987, p.98). Mais adiante, relata que no encontro entre Stroessner e Lanusse, em Buenos Aires, no mês de agosto de 1972, ambos discutiram a respeito de Corpus e Yacyreta (1987, p.99). As fontes utilizadas pelo autor são periódicos dos dias 22 de agosto de 1971 e 1º de agosto de 1972, respectivamente. Ao fazer uma busca pelos periódicos das respectivas datas, constatei que o General Amyr Borges Fortes não faz a referência a Corpus. E sim, que a hidrelétrica brasileiro-paraguaia “será uma obra de grande importância, possibilitando amplo desenvolvimento econômico na zona fronteira das duas nações, inclusive para a Argentina” (*FOLHA DE S. PAULO*, 22 de agosto de 1971, p. 24). Já no encontro entre Stroessner e Lanusse, a informação é: “em comunicado conjunto divulgado ao término das conversações, os presidentes resolveram dar instruções a comissão mista técnica das duas nações para chegar, o mais breve possível, acerca do traçado definitivo da represa Yacyretá-Apipe, que ambos os governos construirão sobre o Rio Paraná” (*FOLHA DE S. PAULO*, 1º de agosto de 1972, p. 3). Ou seja, também não há referência ao projeto Corpus. No entanto, a menção “Corpus” feita pelo autor ao citar ambas as fontes não desmerecem a importância da sua obra que, aliás, é muito utilizada em várias pesquisas sobre o assunto por ser um dos precursores nos estudos sobre a ditadura de Alfredo Stroessner no Paraguai no âmbito acadêmico brasileiro.

Administração Nacional de Eletricidade (ANDE)⁵ no Paraguai e atuante nos projetos de Itaipu e Yacyreta, manifestar publicamente “ainda não ter conhecimento oficial do projeto argentino em questão” e que deveria “ser levado em conta se o projeto de Corpus será, na realidade, uma ‘solução’ para os interesses conjuntos” (Ofício Confidencial DBP/DTBP/AIG de 14 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty).

A pesquisa permite apontar que o surgimento da questão Corpus causou surpresa no Brasil. Nos primeiros meses de 1973 as embaixadas em Buenos Aires e Assunção enviaram diversos documentos destacando reportagens nos maiores periódicos da Argentina e do Paraguai tratando sobre o assunto. A interpretação brasileira era de que Corpus não era um projeto hidrelétrico claro e que era utilizado como objeto político pelo governo argentino para obstruir a construção da hidrelétrica brasileiro-paraguaia que estava prestes a se tornar oficial com a assinatura do Tratado de Itaipu. No encontro do chanceler Mario Gibson Barboza com o embaixador da Venezuela no Brasil, Baldó Casanova, o brasileiro teria chamado o projeto hidrelétrico argentino de “demagógico” e “inexistente” (Ofício Secreto de 9 de março de 1973. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministro de Relações Exteriores da Argentina, Eduardo McLoughlin).

Na Argentina o assunto passou ganhar maior visibilidade na imprensa e foi defendido por diversos setores que Corpus era um direito dos argentinos, apesar de não existirem estudos técnicos que apresentassem a viabilidade do projeto. Para o *El Cronista*, a inclusão do projeto Corpus no projeto hidrelétrico argentino “deixa aberto o caminho para uma negociação séria com o Paraguai e o Brasil” (Telegrama Confidencial nº54 de 24 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty). Já um artigo de Pablo Kandel no *LA PRENSA*, intitulado “Uma Corrida contra o tempo entre a Argentina e o Brasil: a concretização de obras no Paraná exige uma urgente decisão política”, o autor aborda que o projeto de construção da hidrelétrica é a principal função da COMIP e que “o fato de Sapenã Pastor haver declarado desconhecer oficialmente a existência do projeto levou o governo argentino a dar conhecimento formal ao Paraguai”. Acrescenta que Corpus será essencial para alavancar a industrialização do norte da Argentina e seu custo seria de 1,2 Bilhões de dólares gerando “energia de ponta adequada para uma central de base de 5,5 milhões de quilovates”. E finaliza o texto afirmando que essas “razões básicas e outras tornam impossível à Argentina retroceder em seu direito de realizar Corpus e, assim sendo, nosso país deve insistir não meramente no princípio da informação, mas no de consulta prévia sobre obras que tragam prejuízos sensíveis” (Ofício Confidencial DTBP/DBP de 15 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). E também o *La Nacion* publicou uma coluna mencionando que Corpus não poderia ser construída “se o Brasil e o Paraguai decidirem, finalmente, construir a represa de Itaipu a uma cota de rejeite –altura das águas depois do dique- inferior aos 128 metros” (Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty).

Ainda sobre o projeto Corpus os membros do governo argentino evitaram manifestar maiores esclarecimentos publicamente, provavelmente por não ter o que

⁵ Administración Nacional de Eletricidad (ANDE)

falar a respeito, mas defenderam a possibilidade do projeto ser viável, mesmo sem estudos técnicos concretos, como foi o caso do Brigadeiro Carlos Alberto Rey, chefe da Força Aérea. Ele fez tal declaração quando ocupou temporariamente a presidência do país ao ser questionado por jornalistas em Buenos Aires. Na ocasião, admitindo ser apenas uma especulação, mencionou “que no caso da construção da barragem de Itaipu, o que se chama de cabelo de água não poderia dar à barragem de Corpus a altura necessária para produzir a energia que dela busca extrair”⁶. Finalizou a entrevista afirmando que “os estudos para o Corpus ainda são muito incipientes, então nada de categórico e concreto pode ser dito sobre este aspecto prático”⁷(Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP 406 (B-29) de 26 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty).

O Sub-Secretário de Recursos Hídricos da Argentina, Antonio Federecio, opositor a construção de Itaipu, publicou um artigo no periódico *La Opinion* declarando que o interesse argentino na hidrelétrica de Corpus favorecia o país no cenário internacional, pois vetar “as obras que causassem prejuízo a seus projetos parecia capaz de triunfar nas Nações Unidas”. No entanto, ele mesmo reconhecia que a Argentina “se encontrava debilitada por carecer o país de projetos e estudos concretos das obras eventualmente afetadas” e acrescenta que “Corpus até agora não passa de uma aspiração” (Ofício Confidencial DTBP/DBP/AIG de 13 de janeiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty).

A divulgação pública de maior notoriedade sobre Corpus, por parte da chancelaria argentina durante o governo Lanusse, ocorreu em março de 1973 quando distribuiu para a imprensa local a nota de resposta ao Paraguai que teria aceitado a proposta de construir a hidrelétrica. No documento destaca ao governo paraguaio que “peçam-me a gentileza de lhe apresentar os estudos e relatórios de que dispõe, pois me diz que nem seu governo nem sua delegação junto à comissão argentino-paraguaia do rio Paraná os dispõem”. Algo que chama a atenção, pois como numa comissão mista um lado não tem acesso aos estudos e informes de um empreendimento e, pior ainda, não tinha conhecimento do mesmo? No decorrer do texto informa que existiam seis volumes contendo planos e gráficos, dos quais tiveram a participação de apenas um membro paraguaio. E finaliza a nota mencionando que a realização de estudos específicos “sobre Corpus seria realizada segundo a opinião de meu governo, sem afetar as demais que a COMIP vem realizando no trecho argentino-paraguaio do Paraná em cumprimento ao disposto no Tratado de 16 de junho de 1971” (Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). Para o embaixador brasileiro em Buenos Aires, Azeredo da Silveira, esta distribuição da nota de resposta ao Paraguai para a imprensa argentina foi uma estratégia de aparentar a existência do projeto, já “há algum tempo”, ao mesmo tempo em que seria uma maneira de melhorar a imagem do próprio governo Lanusse, tendo em vista as críticas sofridas internamente pela condução da política externa nas divergências com o

⁶ Que em caso de construirse la represa de Itaipu, lo que se llama ‘el pelo de agua’ no podria proporcionar a la represa de Corpus la altura necesaria para producir la energia que se busca extraer de ella.

⁷ “los estudios para Corpus son todavia muy incipientes, por lo que no se puede decir nada categorico y concreto sobre este aspecto de tipo practico.

Brasil (Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 22 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty).

Porém, internamente um documento secreto do *Comando en Jefe de la Armada Argentina* orienta as autoridades do país no debate contra o Brasil a não associar tecnicamente o projeto Corpus (que ainda não apresentava estudos técnicos) com o empreendimento hidrelétrico de Yacyreta-Apipe (que apresentava estudos técnicos) por suas peculiaridades, apesar da proximidade geográfica de ambas, pois isto também permitiria ao Brasil participar diretamente nas negociações argentino-paraguaias para construção de Yacyretá. Algo que não interessava a Argentina. De acordo com a fonte,

Conceber o Apipé-Corpus como projetos inter-relacionados do ponto de vista da sua exploração, não só seria tecnicamente desaconselhável por se tratarem de dois projectos que, embora muito próximos, estão implantados em realidades físicas totalmente diferentes, mas que apresentam dupla desvantagem, Como os problemas de Apipe afetariam adversamente as negociações de Corpus e a negociação Argentina-Paraguai com o Brasil (exigida pelo Corpus), isso poderia atrasar a solução final de Apipe (significando que o tempo já utilizado em Apipe estaria comprometido, o que era muito, permitindo Indiretamente o Brasil participa das decisões argentino-paraguaias que não lhe dizem respeito (Ofício Confidencial 604/ 73 de 16 de outubro de 1973. Do *Comando en Jefe de la Armada Argentina* para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto).

Em 8 de fevereiro de 1973, onze dias antes do primeiro encontro oficial entre representantes brasileiros e paraguaios para definir os termos do Tratado de Itaipu, Sapeña Pastor manifestou às autoridades argentinas que o Paraguai “*esta dispuesto a emprender estúdios sobre el aprovechamiento hidroelectrico del Parana*” (Ofício Confidencial-Urgentíssimo DTBP/DBP/AIG de 8 de fevereiro de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). Entendo que tal manifestação paraguaia não era uma coincidência, pois a partir de então representantes do país tentariam negociar com o Brasil sobre valores a serem recebidos pela venda da energia não utilizada de sua parte e que viriam causar momentos de tensão entre brasileiros e paraguaios, nos dois meses seguintes, concomitante à manifestação pública do interesse paraguaio no empreendimento de Corpus (Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973. Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). Neste sentido, se o interesse na construção na referida hidrelétrica foi uma estratégia argentina contra o tempo para obstruir ou atrasar Itaipu, quem se beneficiou foi o Paraguai. Afinal, sendo sócio da Argentina em outro empreendimento (Corpus) que seria construído próximo de Itaipu e, por isso, motivo de mais tensão nas relações brasileiro-argentinas e maior desgaste diplomático para construção dela no âmbito internacional, a “cumplicidade” paraguaia a favor do Brasil teria um preço “mais caro”. Ou seja, uma situação oportuna para o governo de Assunção.

Se Corpus foi uma criação argentina para demonstrar algo contundente do prejuízo que sofreria com hidrelétrica de Itaipu, nos anos seguintes as autoridades do país tiveram que fazer levantamentos técnicos para provar a possibilidade da sua existência, interna e externamente, e fez dela um objeto de “direitos nacionais” perante o cenário internacional e, principalmente, interno onde inflamou o nacionalismo argentino contra o Brasil em diversos setores do país. Com isso, Corpus foi mais um

motivo que prolongou até o final da década de 1970 o maior impasse diplomático entre Brasil e Argentina no século XX.

O processo de negociação entre 1976 e 1979

Na segunda metade da década de 1970 na Argentina estava em processo a ditadura militar, autodenominada *Proceso de Reorganización Nacional*, sob a presidência do tenente-general Jorge Rafael Videla. Este havia encabeçado juntamente com o general Orlando Ramón Agosti e o almirante Emílio Eduardo Massera um golpe de Estado contra o governo de Maria Estela Perón, culminado em 24 de março de 1976. Na condição de Comandante e Chefe do Exército, Rafael Videla assumiu o governo argentino cinco dias após o golpe e permaneceria na presidência até 1981. Desde os primeiros meses no poder, Videla demonstrava a intenção de resolver os problemas diplomáticos com o Brasil, especialmente na questão envolvendo as hidrelétricas de Corpus e Itaipu.

Desde o golpe de Estado em março de 1976, o regime militar argentino buscou o diálogo com o governo brasileiro para negociar de forma trilateral a compatibilidade Itaipu-Corpus, mas sem êxito. As fontes permitem interpretar que as autoridades brasileiras não levavam o projeto Corpus a sério e insistiam que Itaipu era um assunto a ser discutido apenas entre o Brasil e o Paraguai. Com isso, a insatisfação argentina era cada vez maior e ganhava repercussão nos jornais dos três países envolvidos na questão, com maior notoriedade na Argentina. Muitas das notícias publicadas eram manifestações do embaixador argentino em Brasília, Oscar Camillion, que manifestava a repórteres brasileiros e argentinos a insatisfação de seu governo com a resistência do Brasil ao sentar à mesa de negociação. Desde 1976, quando assumiu o cargo, Camillion enfatizava que a contenda Itaipu-Corpus era prioridade nas relações entre Brasil e Argentina.

Segundo Espósito Neto, “diante da recusa brasileira, a diplomacia argentina voltou a introduzir o debate da ‘consulta prévia’ na agenda internacional. O palco escolhido foi a Conferência das Nações Unidas sobre a Água, realizada em Mar del Plata entre os dias 14 e 25 de março de 1977” (Ofício Confidencial-Urgente DTBP/DBP de 16 de março de 1973). Da embaixada brasileira em Buenos Aires para o Itamaraty). A representação argentina enfatizou a necessidade de os Estados serem consultados sobre as obras realizadas em rios compartilhados levando em consideração possíveis prejuízos na utilização das águas. A necessidade de colocar a consulta prévia na resolução a ser aprovada ao final do evento fez o embaixador brasileiro João Hermes de Araújo manter contato direto com o Itamaraty a fim de buscar orientações. A versão final do documento consolidou a solicitação argentina, o que para o Brasil foi contrário aos seus interesses nacionais.

Ainda no mês de março, o Palácio de San Martín enviou uma nota à chancelaria paraguaia para dar continuidade às conversações voltadas ao empreendimento Corpus e solicitando abrir negociações trilaterais com o Brasil (Ofício de 8 de março de 1977. Do Ministério de Relaciones Exteriores y Culto para o Ministerio de Relaciones Exteriores del Paraguay). A Argentina obteve a anuência do Paraguai por ocasião da visita do

presidente Rafael Videla a Assunção em 25 de abril de 1977. A proposta foi enviada ao Brasil que, mais uma vez, recusou negociar com os argentinos. A justificativa brasileira era de que “Itaipu diz respeito ao Brasil e ao Paraguai; Corpus ao Paraguai e a Argentina” (FOLHA DE S. PAULO, 25 de abril de 1977).

A negação brasileira ao negociar fez o governo argentino lançar mão de uma atitude enérgica para atingir seu objetivo, como mencionado num ofício secreto da embaixada argentina em Brasília sugerindo que “a melhor maneira de negociar é começar de posições extremas”(Ofício Confidencial-Secreto nº 358 “S” de 19 de abril de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Ministério de Relaciones Exteriores y Culto).

As fontes pesquisadas permitem apontar que o governo argentino decidiu agir por meio do setor transportes. Primeiramente prejudicou a livre navegação de embarcações brasileiras no Rio da Prata. Em 1976, o governo brasileiro havia enviado uma nota ao regime militar argentino questionando o não cumprimento do Tratado de Paz, Amizade, Comércio e Navegação de 1856 e da Convenção Fluvial, de 20 de novembro de 1857, que permitia a circulação de embarcações brasileiras no referido rio. Até os primeiros meses de 1977 o *Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto* não respondeu e isto desagradou o Itamaraty. Após o envio de outra nota aos argentinos, o governo Videla respondeu alegando que o acordo de 1856 havia sido assinado numa época em que “Buenos Aires não estava integrada à Confederação Argentina, quando esta última os firmou com o Império do Brasil” (ZUGAIB, 2006, p.117). E acrescentou “que o governo argentino sempre permitiu a livre navegação de embarcações estrangeiras em seus rios, mas insiste em que o acordo sobre navegação firmado em 1856 já não corresponde a atual realidade” (Telegrama Secreto nº517 de 13 de julho de 1977. Da embaixada brasileira em Assunção para o Itamaraty).

E se não bastasse este argumento que não apresenta grande consistência, outra dificuldade surgiu no transporte rodoviário de caminhões. Em 1976, a *Secretaria de Estado de Transporte y Obras Públicas* da Argentina e o *Ministerio de Transportes* do Chile firmaram um acordo para utilização emergencial do túnel *Las Cuevas-Caracoles* enquanto estava sendo construído o *Túnel Internacional Carretero Cristo Redentor* na fronteira entre Mendonza (Argentina) e a Província de Los Andes, região de Valparaíso (Chile). A mudança interessava também ao Uruguai e ao Brasil por causa da rota comercial com o Chile e vice-versa. Em 19 de maio de 1977, uma nota da *Dirección Nacional de Transporte Terrestre* da Argentina enviada à Administração Nacional de Aduanas do Brasil fez o seguinte comunicado: “está proibida a utilização do túnel Las Cuevas-Caracoles para o transporte, entre outros, originários do Brasil em direção ao Chile e vice-versa”(Ofício Urgente nº225-680.12(B29) (B39) de 16 de junho de 1977. Do Itamaraty para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto). A mesma nota sugere que o transporte terrestre fosse feito na nas proximidades da passagem fronteiriça *El Cristo Redentor* ou por outros pontos da Cordilheira. Logo o Itamaraty enviou um ofício em caráter de urgência ao Palácio de San Martín. Abaixo segue os principais destaques do referido documento:

A referida proibição prejudica sobremaneira o intercâmbio de mercadorias entre Brasil e Chile porquanto a passagem do Cristo Redentor fica interrompida por questões climáticas durante períodos prolongados nos meses de inverno. O mesmo óbice ocorre com a passagem fronteiriça de Puyehue, a qual, além disso, fica bem mais ao sul, obrigando as empresas de transporte a transitar por estradas com trechos não asfaltados e percorrer distâncias bem mais longas, circunstância que aumenta indevidamente os custos do frete e o consumo de combustível, inclusive argentino.

[...]

Em vista do que procede o governo brasileiro não se pode conformar com os termos discriminatórios da nota nº330 da DNTT que restringe a passagem pelo túnel La Cuevas-Caracoles em função da nacionalidade dos veículos e dos pontos de origem e destino das mercadorias e que criou precedente único ao restringir o tráfego de determinado ponto de fronteira habilitado ao intercâmbio entre os respectivos países limítrofes, em procedimento atentatório aos interesses do comércio brasileiro-chileno, por via terrestre.

Nessa condições o governo brasileiro considera indispensável a eliminação da restrição em apreço à liberdade de trânsito no túnel Las Cuevas-Caracoles, a fim de que se mantenham os bons entendimentos que tem permitido tão significativo desenvolvimento no transporte terrestre argentino-brasileiro (Ofício Urgente nº225-680.12(B29) (B39) de 16 de junho de 1977. Do Itamaraty para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto).

A nota ainda faz referência ao Convênio sobre Transporte Internacional Terrestre de 9 de outubro de 1966, assinado entre Brasil, Argentina, Chile, Bolívia, Peru, Paraguai e Uruguai. Na ocasião, o governo brasileiro “entende que, uma vez habilitada determinada passagem por fronteira entre os dois países limítrofes respectivos, o tráfego por este ponto fica automaticamente extensivo aos veículos autorizados das demais partes contratantes” (Ofício Urgente nº225-680.12(B29) (B39) de 16 de junho de 1977. Do Itamaraty para o Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto). E enfatiza que os veículos brasileiros que trafegam pelo túnel *Las Cuevas-Caracoles* pagavam a tarifa de pedágio cobrada. A resposta argentina, sem dar maiores esclarecimentos, era de que seria necessária uma revisão do tráfico de caminhões brasileiros em seu território e aguardaria a reunião agendada para os dias 15, 16 e 17 de setembro de 1977 e que seria realizada no Rio de Janeiro entre representantes do Brasil, Argentina, Uruguai e Chile.

O fato é que o transtorno resultou numa pressão sobre o governo brasileiro pelas grandes empresas transportadoras do país. Em julho de 1977, representantes destas partiram para Brasília a fim de se encontrarem com as autoridades do Itamaraty, pois alegavam estar sofrendo prejuízos. No encontro, estudaram-se rotas alternativas, mas todas inviáveis tendo em vista os desvios de até dois mil quilômetros. Publicamente as transportadoras anteciparam seu apoio a qualquer decisão que o governo brasileiro viria a tomar. Uma notícia da *Folha de São Paulo* de 19 de julho de 1977 informava que nos bastidores do Itamaraty não era descartada a hipótese de o Brasil “fechar suas fronteiras ao trânsito de caminhões argentinos” como represália.

Diante do impasse, surgiram rumores na imprensa brasileira de que os problemas na área de transportes no Rio da Prata e na fronteira argentino-chilena eram uma represália ao Brasil por não aceitar negociar com a Argentina a respeito da compatibilização Itaipu-Corpus. E se não bastasse tal situação, o embaixador Oscar

Camillion foi chamado de volta à Argentina sem dar explicações ao governo brasileiro. Ao mesmo tempo, o embaixador argentino no Paraguai também foi convocado a retornar ao país. No caso deste último, setores do Itamaraty acreditavam que seria um meio de Buenos Aires expressar seu descontentamento ao governo paraguaio caso aceitasse mudar a sua ciclagem de 50 para 60 hertz, a pedido do Brasil em relação à Itaipu, pois isto afetaria o ciclo nas hidrelétricas de Corpus e Yacyretá, sendo esta interpretação a meu ver algo consistente. O resultado foi que tal situação causou séria preocupação nas autoridades brasileiras.

É possível observar que o governo argentino evitou dar explicações a respeito para a imprensa. Afinal, criou-se uma oportunidade para atrair o Brasil e negociar. Numa política de aparências, o embaixador Oscar Camillion, antes de embarcar para seu país, foi questionado por jornalistas brasileiros a respeito e este apenas mencionou que houve um “mal entendido” ao mesmo tempo que as relações bilaterais “não seriam prejudicadas”. Segundo Camillion, o fechamento da fronteira não era uma ação premeditada e justificava-se pela revisão do acordo rodoviário multilateral entre Argentina, Brasil, Uruguai e Chile assinado em 1966. Em síntese, uma justificativa mal explicada que possibilita fortalecer o apontamento de que Buenos Aires forçou o governo brasileiro a buscar o diálogo com a Argentina.

O impasse com a Argentina fez com que o Alto Comando do Exército convocasse o chanceler Azeredo da Silveira para uma reunião secreta. O fato é que havia uma diplomacia militar paralela às chancelarias dos dois governos. Segundo Spektor, “entre abril de 1976 e julho de 1977, militares de primeiro escalão dos dois países dialogaram em visitas sigilosas a Buenos Aires e ao Rio de Janeiro para tratar do tema” (SPEKTOR, 2002, p.113). No entanto, publicamente o governo brasileiro não tratava da questão causando desconfiança na imprensa ao apontar que o “Itamaraty poderia não estar tendo autonomia”. Isto ficou evidente quando Azeredo da Silveira foi questionado pelos repórteres sobre o conteúdo da reunião, limitando-se a responder ter sido a respeito das relações com a Argentina e que havia sido enviada uma nota ao governo argentino propondo dialogar sobre os vários problemas vivenciados na dinâmica entre os dois países e afirmando que não aceitaria tratar de um assunto específico. O provável motivo desta declaração seria dar a impressão que o Brasil não cederia ao negociar Itaipu e sua compatibilização com Corpus. Alguns setores do Itamaraty informaram que “o governo brasileiro reconheceu ser impossível manter o atual nível de tensão das relações bilaterais e resolveu dar a primeira resposta positiva aos ensaios argentinos de aproximação” (FOLHA DE S. PAULO, 25 de julho de 1977).

Dias depois a Argentina respondeu a nota brasileira e seu conteúdo não foi divulgado para a imprensa, mas setores do Itamaraty limitaram-se a informar que o documento foi feito de “forma hábil”. O documento expressava que o governo argentino desejava “uma metodologia para a constituição de uma comissão tripartite encarregada de buscar a conciliação adequada das grandes explorações que o Paraguai, a Argentina e o Brasil pretendem” (Ofício Secreto nº 118 de 28 de julho de 1977. Da embaixada argentina em Brasília para o Itamaraty). Ao que tudo indica, a Argentina atingiu o seu objetivo ao fechar o túnel *Las Cuevas-Caracoles*, assim como dificultou o tráfico de caminhões provenientes do Brasil e a livre-navegação brasileira no Rio da Prata. Afinal,

no início de agosto de 1977 o Itamaraty publicou uma nota aceitando negociar de forma trilateral a questão Itaipu. Como consequência, imediatamente ocorreu à abertura do túnel *Las Cuevas-Caracoles* ao tráfico rodoviário de caminhões brasileiros. Ao mesmo tempo, foi dada a garantia a livre navegação brasileira no Rio da Prata (ZUGAIB, 2006).

Em março de 1979, João Baptista Figueiredo tomou posse como presidente do Brasil no vigente regime militar. Segundo Francisco Doratioto, a chegada do novo presidente “ajudava a criar um ambiente conciliador a simpatia que Figueiredo tinha pela Argentina, onde vivera parte da sua infância ao acompanhar seu pai, que se exilara no país por motivos políticos” (DORATIOTO, 2014, p.154). E, além disso, “impunha uma postura brasileira conciliadora, a necessidade de evitar o comprometimento da segurança e estabilidade, no subsistema platino de relações internacionais, necessárias à continuidade do projeto desenvolvimentista brasileiro” (ESPOSITO NETO, 2012, p.263-264).

Pouco antes da ascensão de Figueiredo, este se encontrou algumas vezes com Ramiro Saraiva Guerreiro que seria o chanceler durante o seu governo. Dentre os assuntos discutidos, o futuro presidente salientou a importância de resolver o impasse sobre a compatibilização de Itaipu e Corpus. Após assumir a pasta do Ministério de Relações Exteriores, Guerreiro criou um pequeno grupo de trabalho com assessores de sua total confiança que foi aprovado por Figueiredo. A estratégia consistia na consulta aos setores do poder Executivo brasileiro e elaborar uma posição unívoca, aprovada pelo presidente, para intensificar as negociações com o Palácio de San Martin. O primeiro encontro de Saraiva Guerreiro com o chanceler argentino Carlos Pastor ocorreu durante a cerimônia de posse de João Baptista Figueiredo. O contanto entre ambos foi visto com otimismo por Pastor ao afirmar que “justamente, a assunção dos novos governantes brasileiros abre um novo estágio de expectativas em torno do tema”(ESPOSITO NETO, 2012, p.263-264).

No final de agosto de 1979 retomaram-se gradualmente as negociações entre os três países. Mas desta vez, as diplomacias evitavam tratar publicamente sobre o assunto. Em diversos momentos, o embaixador argentino em Brasília, Oscar Camillión, que antes fazia constante uso da imprensa, limitava-se a responder “não dar maiores detalhes” (FOLHA DE S. PAULO, 26 de setembro de 1979). O sigilo de Camillión demonstra a importância das negociações em segredo para a efetividade da assinatura do Acordo Tripartite. Isto porque, em algumas notas de resposta enviadas por Azeredo da Silveira, quando era chanceler, foi demonstrada insatisfação do Itamaraty com o Palácio de San Martin a divulgar na íntegra o conteúdo dos documentos enviados para a imprensa argentina. O próprio Oscar Camillión foi criticado por Silveira por causa de suas declarações a jornalistas sobre o impasse entre os dois países, numa espécie de “diplomacia pela imprensa”.

Bilateralmente, Brasil e Paraguai concordaram pela colocação de mais duas turbinas em Itaipu em termos de “possibilidade” e não de “obrigatoriedade”. A proposta de estabelecer em 105 metros a cota de Corpus foi lançada pelos negociadores técnicos brasileiros e as perdas na geração em decorrência disso estariam perfeitamente compensadas se a hidrelétrica de Itaipu puder operar em regime de ponta. Operando o fio d’água na hipótese de não existir nenhum acordo com a Argentina, Itaipu geraria 7,

5 milhões KW. “Mesmo que isso represente alguma perda, quando se realiza um acordo, as vantagens não podem ficar somente para um dos lados”, comentaram os técnicos (FOLHA DE SÃO PAULO, 6 de setembro de 1979).

A não “obrigatoriedade” da utilização das duas turbinas em Itaipu, mas a “possibilidade” recebeu a concordância argentina. Um diplomata do Palácio de San Martin reconheceu que foi preponderante a atuação do chanceler brasileiro, Saraiva Guerreiro, conseguindo “vencer a dura posição dos técnicos brasileiros e paraguaios que exigiam as duas turbinas de reserva, inaceitáveis para os argentinos”. Além disso, a Argentina concordou em suspender a navegação no Rio Paraná durante o preenchimento da represa de Itaipu (FOLHA DE SÃO PAULO, 5 de outubro de 1979).

O encontro com as delegações dos três países ficou marcado para 19 de outubro de 1979, em Puerto Presidente Stroessner (atual Ciudad del Este). Durante a cerimônia o chanceler argentino, Carlos Pastor, aproveitou para exaltar a diplomacia argentina em seu discurso ao declarar que os compromissos assumidos pela Argentina ao assinar o Acordo Triparte são “gestos de boa vontade com nossos vizinhos” acrescentando que seu país “aceita” deixar o Brasil utilizar o Rio Iguaçu para garantir a vazão do Rio Paraná, durante o enchimento da represa de Itaipu. O que foi entendido por representantes brasileiros na reunião como uma atitude “deselegante” (FOLHA DE S. PAULO, 20 de outubro de 1979). Em seguida, no seu discurso Saraiva Guerreiro foi pragmático ao declarar que “nossos países agiram com seriedade e espírito objetivo” (FOLHA DE S. PAULO, 20 de outubro de 1979). Ou seja, até no momento da assinatura de um acordo surgiu à oportunidade de uma “cutucada” entre Brasil e Argentina.

O Acordo Tripartite tem em seus pontos básicos, segundo Eliseo Rosa, os seguintes:

O nível da água acima de Corpus e abaixo de Itaipu deve estar 105 metros acima do nível do mar; (2) Itaipu será operada pelo Brasil e Paraguai de tal forma que a movimentação da embarcação variará dentro de dois parâmetros mutuamente essenciais para permitir a navegação normal para o Rio Paraná; (3) Itaipu operará com dez turbinas de setecentos megawatts cada; (4) durante o preenchimento do reservatório de Itaipu, as informações serão compartilhadas entre todas as partes e o Brasil garantirá um nível de água satisfatório no momento certo, liberando água suficiente de sua barragem no Rio Iguaçu; (5) Os três países cooperarão para preservar o equilíbrio ecológico e a qualidade ambiental das áreas de influência das hidrelétricas (ROSA, 1983, p.96).

Para Armando Gallo Filho, o Acordo Tripartite demonstrou que o Tratado da Bacia do Prata, assinado em 1969, não superou na prática os obstáculos de integração que supostamente o texto do Tratado parecia trazer (YAHN FILHO, 2005). Foi necessário a assinatura de um novo documento dez anos depois, entre Brasil, Paraguai e Argentina, para de fato consolidar os avanços de integração na Bacia do Prata⁸.

⁸ De esta manera, las relaciones Argentino-Brasileñas, que se habían deteriorado em la década de 1960-70, fueron suavizadas por el Acuerdo Cooperativo Itaipú-Corpus [...].Abarcando definiciones de cotas, sobre la base de concesiones mútuas según el Acuerdo Itaipú-Corpus, promete transformar el perfil geopolítico de la Región Platina (ZUGAIB, 2006, p.117).

Dessa forma, as relações argentino-brasileiras, que se deterioraram nas décadas de 1960 e 70, foram amenizadas pelo Acordo Cooperativo Itaipu-Corpus [...], que passou a ter definições de limites, a partir de concessões mútuas segundo o Acordo Itaipú-Corpus, promete transformar o perfil geopolítico da região de Platina. Dessa forma, as relações argentino-brasileiras, que se deterioraram nas décadas de 1960 e 70, foram amenizadas pelo Acordo Cooperativo Itaipu-Corpus [...], que passou a ter definições de limites, a partir de concessões mútuas segundo o Acordo Itaipú-Corpus, promete transformar o perfil geopolítico da região de Platina (ZUGAIB, 2006, p.117).

O acordo representava um avanço no aspecto geopolítico da Bacia do Prata, mas em termos técnicos Itaipu perderia a capacidade de produzir em torno de 880.000 kwa, ou seja, de 12,6 milhões para 11,7 milhões de kwa. Mesmo assim, é inegável que houve mais benefícios para as relações do Brasil com seus vizinhos Paraguai e Argentina, do que a perda de produção da binacional brasileiro-paraguaia.

Amaral e Silva aponta que “o Acordo Tripartite mais que pôs fim a controvérsia, ele contribuiu para a estabilidade no Prata que, alguns anos depois, seria fundamental para o início dos acordos que levariam a integração regional pelo Mercosul” (AMARAL E SILVA, 2006, p.89). A mesma opinião é apontada por Leonel Itaussu Almeida Mello ao mencionar que o acordo “propiciou a normalização do relacionamento brasileiro-argentino e a retomada da cooperação bilateral no começo dos anos 80” (MELLO, 1996, p.16). Para Rubens Ricupero, o desfecho significou a remoção “da pedra que bloqueava o caminho de uma relação mais satisfatória com seus vizinhos” (RICUPERO, 1996). Do ponto de vista geopolítico, Maria Regina Soares de Lima aponta a questão Itaipu colocou em evidência o papel hegemônico do Brasil na Bacia do Prata, sendo que o Itamaraty atingiu seus objetivos de forma estratégica misturando recompensas com ações punitivas (LIMA, 2013). Já para Carlos Eduardo Vidigal, o processo de negociação entre Brasil e Argentina revelou o papel das “forças profundas”, tais como a comunhão de certos valores dos dois países e os fluxos econômicos.

Em síntese, a assinatura do Acordo Tripartite encerrou uma conjuntura crítica que acometeu as relações entre os três países e inaugurou um processo de integração nos anos seguintes que culminaria com a criação do Mercado Comum do Sul, em 1991. Mas mais do que isso, possibilitou uma aproximação nunca vista entre os dois maiores países da América do Sul.

Considerações Finais

O presente artigo permite analisar a dinâmica entre os Estados e a defesa de seus interesses utilizando questões ambientais como pano de fundo. Entre as décadas de 1960 e 1970, três países fizeram do discurso hídrico como elemento para defenderem assuntos nacionais: o Brasil, o Paraguai e a Argentina.

Os Estados de Brasil e Paraguai utilizaram o argumento da soberania territorial para defenderem seus interesses e que acabaram por resultar no Tratado de Itaipu, em abril de 1973. Mas quem explorou o tema “prejuízo ambiental” foram os distintos governos que administraram à Argentina no período. É possível apontar, que todas as ações no campo diplomático partiram de pressões internas, principalmente na

Argentina. E que a preocupação de Buenos Aires não era apenas com a questão ambiental, mas sim, pela preocupação com o avanço político e econômico do Brasil na Bacia do Prata tendo o Paraguai como exemplo. O desfecho do impasse com a assinatura do Tratado Tripartite, em outubro de 1979, está mais relacionado aos interesses comerciais e políticos entre os dois maiores países da região. E pelo que foi possível analisar, o surgimento do projeto Corpus apenas prolongou a crise brasileiro-argentina. Afinal, até o presente momento está hidrelétrica binacional argentino-paraguaia não existe. O que permite fazer outro apontamento: a preocupação com a questão ambiental dos governos civis e ditatoriais argentinos na década de 1970 a respeito da construção da hidrelétrica de Itaipu foi um oportunismo naquele contexto geopolítico na Bacia do Prata.

Referências Bibliográficas

- AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. *Brasil-Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973*. Um estudo obre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Dissertação (mestrado em Relações Internacionais). Brasília. IREL/UNB, 2006.
- CAUBET, Christian Guy. *As grandes manobras de Itaipu: energia, diplomacia e direito na Bacia do Prata*. São Paulo- Christian Guy Caubet. Academia, 1989.
- DORATIOTO, Francisco. *O Brasil no Rio da Prata (1822-1994)*, 2 ed. Brasília: FUNAG, 2014.
- ESPÓSITO NETO, Tomaz. *Itaipu e as relações brasileiro-paraguaias de 1962 a 1979: fronteira, energia e poder*. São Paulo. Tese de doutorado pela PUC, 2012.
- FOLHA DE S.PAULO.COM Disponível em: < <https://acervo.folha.com.br/index.do>>. Acesso em 18.set.2017
- LLAVER, Maria del Carmem . *El Problema del aprovechamiento hidroeléctrico del Alto Paraná*. RARI, V, nº15, 1979, p.27
- LIMA, Maria Regina Soares de. *The Political Economy of Brazilian Foreign Policy*. Brasília: IPRI-FUNAG, 2013.
- MELO, Luciano Moraes. *O Paraguai e o processo de aproveitamento dos potenciais hidrelétricos dos rios da Bacia do Prata nos anos 1960 e 1970*. Dissertação (mestrado em História). Dourados: UFGD, 2011.
- MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*- São Paulo: ANNABLUME, 1996.
- Ministério de Relações Exteriores do Brasil (ITAMARATY)
- Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto (Argentina)
- PEREIRA, Osny Duarte. *Itaipu: prós e contras*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
- RICUPERO, Rubens. “O Brasil no mundo”. In: SCHWARCZ, Lilia Moritz (org.) História do Brasil Nação: 1808-2010. Rio de Janeiro: Objetiva/MAPFRE, v. 1, COSTA E SILVA, Alberto (org). “Crise colonial e independência (1808-1830)”, 2011.
- ROSA, J. Eliseo. *Economics, Politics and Hydroelectric Power: The Parana River*

Basin. *Latin American Research Review*, vol. XVIII, nº 3, p. 77-107, 1983.

SPEKTOR, Matias. *O Brasil e a Argentina entre a cordialidade oficial e o projeto de integração: a política externa do governo Ernesto Geisel (1974-1979)*, *Revista Brasileira de Política Internacional* [online]. 2002, vol.45, n.1, pp.117-145.

YAHN FILHO, Armando Gallo, *Conflito e cooperação na Bacia do Prata em relação aos cursos d'água internacionais*. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) São Paulo: PUCSP, 2005.

ZUGAIB, Eliana. *A Hidrovia Paraguai-Paraná e seu significado para a diplomacia sulamericana do Brasil*. Tese de Doutorado. Brasília: Instituto Rio Branco, 2006.